

FINANCEIRIZAÇÃO, ESPECIALIZAÇÃO AFUNILADA DA PRODUÇÃO E ACUMULAÇÃO DE CAPITAL EM MOÇAMBIQUE

Carlos Nuno Castel-Branco e Diogo Maia

INTRODUÇÃO

O capitalismo nacional pós-independência, em Moçambique, surgiu das cinzas do modo de acumulação centrado no Estado, que havia sido construído em torno das estruturas sociais de produção dominantes herdadas do colonialismo. Estas mesmas condições históricas específicas pesaram fortemente sobre as estruturas de acumulação, que mais tarde foram sujeitas a reformas económicas neoliberais, tornando-se fortemente dependentes de fluxos de financiamento privado internacional e resultando no crescimento da financeirização da economia e do Estado, a par de uma especialização cada vez mais afunilada da produção. A especialização afunilada, também chamada primarização, consiste na redução do número de indústrias, sectores, actividades e produtos; na concentração da produção e do comércio em torno de uma gama mais pequena de produtos primários para exportação; em processos de produção, produtos e níveis de processamento e articulação cada vez mais básicos e simples; e em menos opções e capacidades de promover ligações. Por seu turno, a financeirização e a primarização reforçaram-se mutuamente num modo de acumulação cada vez mais especulativo. Partindo da análise específica da lógica histórica do modo de acumulação de capital em Moçambique (Castel-Branco, 2022), o artigo demonstrará a dinâmica da financeirização e da crescente primarização da produção, bem como a conexão entre os dois.

Neste artigo, define-se financeirização não só como um aumento na expansão e extensão do sector financeiro, mas também como a crescente subordinação da acumulação real – a produção de mais-valia – à acumulação fictícia, que consiste em créditos em papel sobre mais-valia ainda por produzir, mas comercializados nos mercados financeiros, assim como a integração da acumulação real no domínio do capital portador de juros (Ashman, Fine e Newman, 2011; Hilferding, 1981 [1910]; Marx, 1981 [1894]). Bens reais, tais como a terra, mineração, concessões, recursos energéticos e infra-estruturas, foram transformados em activos financeiros e negociados nos mercados financeiros globais, tornando, assim, a propriedade e

o controlo sobre os recursos, a par da expectativa de futuros fluxos de receitas provenientes da extracção e da liberdade de os comercializar, o verdadeiro negócio no cerne da economia extractiva (Castel-Branco, 2017). As empresas investem nestes recursos e utilizam-nos como um instrumento destinado a mobilizar o financiamento internacional, e o Estado adapta as suas prioridades políticas com vista a garantir e proteger a propriedade privada e o controlo privado dos recursos estratégicos, promover expectativas e transacções de créditos sobre recursos e absorver custos e resgatar corporações – ou promete fazê-lo – caso os seus planos de negócios fracassem (Castel-Branco, 2020, 2022).

Nestas condições, as empresas privadas seguem uma via de desenvolvimento afinilada, centrada nos sectores de elevadas rendas – o núcleo minero-energético da economia e das finanças –, num contexto em que a capacidade do Estado para alcançar objectivos sociais e económicos mais abrangentes é significativamente reduzida. Entretanto, os mercados financeiros internacionais expandem a sua influência na estratégia e políticas das empresas públicas e privadas, incentivando a dívida em períodos de expansão e aproveitando-se das crises de dívida que se seguem – especulando contra as expectativas de incumprimento, aumentando as taxas de prémio sobre a dívida e sobre novos empréstimos e trocando a dívida por activos reais e por benefícios em matéria de políticas (*ibid.*).

O artigo está organizado em três secções principais: a análise da transição da acumulação de capital centrada no Estado para a acumulação privada, que explora as ligações entre a primarização e a financeirização em Moçambique, e como estas se relacionam com a criação, no passado, da burguesia nacional segundo uma via neoliberal. As duas últimas secções oferecem uma análise mais específica e evidência empírica da dinâmica da primarização e da financeirização, discutindo como se relacionam com as vagas de expropriação do Estado, que foram respostas políticas e estratégicas públicas às tensões e crises que surgiram na busca de criar a burguesia nacional-capitalista.

DA ACUMULAÇÃO DE CAPITAL CENTRADA NO ESTADO À ACUMULAÇÃO PRIVADA

Esta secção oferece a narrativa lógica histórica que explica as características do capitalismo moçambicano pós-independência e a sua trajectória. Aquando da independência, que teve lugar em 1975, Moçambique deu lugar a um modelo de acumulação centrado no Estado, tornando-o no principal agente e motor do desenvolvimento económico através de uma combinação de apropriação e controlo de bens produtivos, tais como terras, infra-estruturas e indústrias e empresas estratégicas, gestão e supervisão de empresas privadas nas quais o Estado detinha acções, planeamento central da produção e controlo do comércio e dos preços. O sistema financeiro foi nacionalizado e as políticas monetária e financeira foram subordinadas

aos objectivos do planeamento central (Castel-Branco, 2017; Cramer, 2001; Wuyts, 1989). A transição da acumulação centrada no Estado para a acumulação privada teve início nos finais da década de 1980, a meio de uma profunda e extensa crise económica (*ibid.*) e no auge da guerra de desestabilização travada entre a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) e o Governo de Moçambique (GdM), que durou 16 anos. Em Janeiro de 1987, o Governo iniciou a implementação do Programa de Reabilitação Económica (PRE), elaborado sob a liderança do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI), para fazer face à crise económica dos anos 80. Os objectivos enunciados eram travar o declínio económico promovendo o ajustamento estrutural através da privatização e da liberalização do mercado, a estabilização financeira através de uma inflação baixa e estável e de um baixo défice público, e a liberalização financeira (Banco Mundial 1990a, 1990b). Um *Consenso de Washington* clássico, voltado para a austeridade, o PRE seguiu a filosofia principal do relatório Berg (Berg *et al.*, 1981) e do seu mantra de «conseguir preços certos».

A explicação oficial da “crise dos anos 80” atribuiu a culpa à centralização excessiva e ao controlo do Estado sobre a economia (Banco Mundial, 1990a, 1985; GdM, 1988, 1990), visto como um elemento fundamental na justificação ideológica para a adopção da nova agenda neoliberal. Esta explicação ignorou qualquer consideração sobre as estruturas de acumulação, padrões de especialização e contextos económicos e políticos nacionais e internacionais. Por outro lado, mais de uma década de controlo burocrático e autoritário do Estado sobre todos os aspectos da sociedade – incluindo a subordinação do movimento operário aos ditames do partido e da sua política económica oficial, e a abordagem dualista, por vezes violenta, da questão e transformação agrárias (Bowen, 2000; O’Laughlin, 1996, 1981; Wuyts, 1989, 1981) – impediu o surgimento de uma alternativa heterodoxa, progressista e viável à crise (Castel-Branco, 2022).

Na altura, as classes capitalistas nacionais eram quase inexistentes. O Estado precisava, portanto, de as criar e alimentar, de modo a promover o capitalismo local, pois de outra forma a mudança para a acumulação privada teria favorecido os capitalistas estrangeiros e os comerciantes locais ou especuladores de origem asiática. Esta possibilidade era inaceitável para as elites políticas negras que se tinham formado e desenvolvido, principalmente durante a década de acumulação centrada no Estado. As condições e características historicamente específicas do desenvolvimento do capitalismo nacional em Moçambique exigiam que o apoio do Estado ao desenvolvimento das classes capitalistas nacionais também patrocinasse a expropriação do Estado e dos seus recursos públicos, bem como das suas capacidades e instrumentos de política. Este processo ocorreu através de quatro vagas diferentes de expropriação (Castel-Branco, 2022, 2017, 2014).

A primeira vaga de expropriação do Estado ocorreu entre meados da década de 1980 e meados da década de 1990. Através de um programa de privatização em grande escala,

que envolveu cerca de 1500 empresas estatais, bem como acções estatais em mais 1500 empresas privadas, foi criado um grupo social de proprietários privados nacionais de bens produtivos. Este novo grupo social adquiriu cerca de 80% dos bens privatizados e beneficiou de um grande subsídio público informal, uma vez que, em média, os compradores não pagaram mais de 20% dos preços de venda acordados para as empresas sem terem de enfrentar quaisquer implicações legais sérias (Cramer, 2001; UTRE, 1999, 1996). Os processos simultâneos de privatização, liberalização dos mercados, austeridade financeira e controlo da oferta monetária, a par da retirada do apoio do Estado ao desenvolvimento das capacidades produtivas, sem consideração pela depreciação da maioria dos activos privatizados, impediram a nova burguesia negra de consolidar, reproduzir e acumular capital. Simultaneamente, o levantamento das sanções internacionais contra a África do Sul após o fim oficial do *apartheid*, na primeira metade dos anos 90, levou à expansão do capital industrial, financeiro e comercial sul-africano, mais poderoso, por toda a região da África Austral, o que foi devastador para os novos capitalistas moçambicanos emergentes. Não constitui surpresa, pois, que no espaço de cinco anos após o programa de privatização, mais de metade das empresas privatizadas tenha falido. No contexto do neoliberalismo, não foi dada aos capitalistas nacionais emergentes a possibilidade de sobrevivência, e muito menos de reprodução. Desgastados pela liberalização do mercado e políticas monetárias restritivas, considerados como os dois principais culpados da crise e da acumulação, estes grupos de capitalistas emergentes apoiaram plenamente uma mudança para aquilo a que chamaram capitalismo nacionalista, o que exigiu a redução gradual da liberalização do mercado – à excepção do mercado de trabalho, em que uma maior liberalização enfraqueceu qualquer forma de movimentos laborais organizados – e o envolvimento directo com as empresas multinacionais para acederem ao financiamento e para aumentarem e materializarem o valor financeiro da posse dos recursos estratégicos e o controlo da capacidade de influenciar as políticas e prioridades do Estado (Castel-Branco, 2017, 2022). Deste modo, a crise na acumulação de capital, resultante da primeira vaga de expropriação do Estado, levou à segunda vaga, que pode ser entendida como uma forma de contornar as barreiras à acumulação de capital que se tinham desenvolvido com a primeira vaga.

A segunda vaga de expropriações do Estado, que se destinava a atrair grandes capitais estrangeiros visando reacender o projecto nacional-capitalista em Moçambique, ocorreu nos anos 2000. Dadas as insuficiências da primeira vaga, o Estado teve de enfrentar duas questões: como atrair capital estrangeiro de grande dimensão e estabelecido internacionalmente, e como garantir que os capitalistas nacionais beneficiassem desse capital multinacional e monopolista. A resposta a estas questões foi disponibilizar recursos naturais estratégicos (mineração, energia, terra e florestas) e infra-estruturas públicas (tais como caminhos-de-ferro e portos) a empresas multinacionais – Eni, Anadarko, ExxonMobil, Sasol, Vale do Rio Doce e Rio Tinto, na área de gás natural e carvão, e Gemfields, nas pedras preciosas – enquanto envolvia

capitalistas moçambicanos como intermediários na transacção, dando-lhes assim acesso a rendas de transacção – que, de outra forma, teriam sido apropriadas pelo Estado –, a acções e a cargos de administração. O capital multinacional não seria atraído pelo mercado interno de pequena dimensão, nem estaria interessado em desenvolver uma produção industrial sofisticada e de alta qualidade num país carente de competências, de infra-estruturas científicas e tecnológicas e de capacidades financeiras adequadas. Contudo, recursos naturais estratégicos de alto valor, tais como combustíveis fósseis, areias minerais, minerais e metais raros e pedras preciosas, podem mais facilmente ser convertidos em activos financeiros e créditos de papel e comercializados como tal por lucros financeiros elevados, embora especulativos. A gestão e o controlo das infra-estruturas públicas reduzem o custo global do investimento e de operação. Sem surpresa, a segunda vaga de expropriação do Estado atraiu empresas multinacionais de várias indústrias extractivas.

Os recursos naturais estratégicos foram privatizados a um custo muito baixo, de tal forma que os custos de intermediação, ou de ter-se acrescido uma renda para os capitalistas nacionais, não iriam impedir as multinacionais de manter o seu interesse no negócio. Incentivos fiscais redundantes e em larga escala eram um preço que o Estado estava disposto a pagar, para garantir 20% das acções nos grandes projectos, que mais tarde foram redistribuídos pelos capitalistas nacionais. A grande dimensão das concessões permitiu às multinacionais recapitalizar – ou seja, recuperar os seus custos de investimento inicial e obter um lucro especulativo antes mesmo do início da produção – vendendo parte das suas concessões nos mercados bolsistas internacionais. Esta possibilidade de recapitalização através de reivindicações de propriedade comercial encorajou uma luta pelos recursos naturais estratégicos de Moçambique e restringiu o investimento privado ao complexo extractivo central – areias minerais, petróleo e gás natural, carvão, florestas, terras e uma gama reduzida de outros minerais e metais –, bem como a um grupo reduzido de produtos agrícolas, como o tabaco, banana, madeira e açúcar para exportação, resultando assim num padrão mais afunilado de especialização económica. Ao mesmo tempo, também promoveu a financeirização de recursos naturais e infra-estruturas cujas acções e propriedade poderiam ser negociadas entre multinacionais na bolsa de valores com vista à obtenção de lucros sem produção. Alguns dos casos bem conhecidos de financeirização de recursos são a venda à Rio Tinto de 50% das acções da Riversdale, na extracção de carvão, por 4 mil milhões de dólares, o que constituía quatro vezes o valor em bolsa da Riversdale antes da aquisição da concessão de Benga (VCCircle, 2011); e o projecto logístico Portos de Cabo Delgado (porto e caminhos-de-ferro), terceirizado ao grupo de fundos de capital de risco Orlean Invest, que não tinha experiência em portos, caminhos-de-ferro nem logística de gás natural. Até 2015, a Autoridade Tributária de Moçambique tinha registado duas dúzias de casos semelhantes, com um valor total de transacção nos mercados bolsistas superior a 30 mil milhões de dólares (Castel-Branco, 2022, 2020; Catembe.com, 2015).

A terceira vaga de expropriações do Estado, por volta de 2005 a 2015, foi um resultado da segunda e emergiu da necessidade de manter o envolvimento de Moçambique com empresas multinacionais e mercados internacionais financeiros ao longo do tempo. Nesta fase, assistimos à sobreexploração do espaço da dívida soberana, que tinha sido criado durante as duas décadas de austeridade e estabilização do financeiras. À medida que o investimento estrangeiro aumentava exponencialmente, aumentava também a dívida privada das corporações investidoras, que o Governo decidiu garantir a fim de facilitar o acesso ao financiamento internacional. A procura de investimento em infra-estruturas dispendiosas também aumentou. Para contornar o custo financeiro cada vez maior, como barreira a uma maior acumulação de capital, o Governo adoptou uma combinação de acções em matéria de políticas, nomeadamente incentivos fiscais ainda mais generosos para grandes capitais, parcerias público-privadas e investimento público directo. Além disso, o Governo garantiu ou subsidiou a dívida de empresas privadas nacionais que foram ajudadas a tornar-se fornecedores privilegiados num universo cada vez mais privado de serviços públicos essenciais, tais como a terceirização a empresas privadas nacionais e a subsequente financeirização de áreas estratégicas de defesa e segurança nacional, assim como a logística correspondente associada à protecção de empresas multinacionais que operam os projectos de gás natural *offshore*. Isto resultou num crescimento exponencial da dívida pública comercial, que entre 2010 e 2016 cresceu quatro vezes mais depressa do que o produto interno bruto (PIB), tornou-se predominantemente comercial e atingiu 120% do PIB. Daqui resultou a grave crise da dívida que tem vindo a afectar Moçambique nos últimos cinco anos (*ibid.*).

As mesmas estratégias que levaram à crise da dívida consolidaram concomitantemente o padrão de primarização de forma directa, dado o montante de recursos privados e públicos atribuídos ao núcleo da economia extractiva, e também de forma indirecta, uma vez que causaram uma escassez dos recursos disponíveis para a prossecução de um desenvolvimento económico e social mais amplo. Além disso, o financiamento destes níveis de dívida pública através da contracção de empréstimos no mercado financeiro nacional tornou este sistema financeiro nacional mais especulativo. Por conseguinte, as pequenas e médias empresas e as actividades não extractivas têm sido cotadas fora do mercado financeiro (*ibid.*).

A quarta vaga de expropriação do Estado não está cronologicamente definida, pois ocorre entre uma crise e outra (e entre uma vaga de expropriação do Estado e outra), como forma de socializar os custos da viabilização da acumulação privada de capital, transferir rendimento para os grupos sociais de renda mais alta na sociedade e proteger o valor dos activos financeiros consistente com a agenda económica neoliberal e o modelo de acumulação, a quarta é marcada pelas medida de austeridade fiscal (contenção da despesa pública, em especial do investimento, e reformas fiscais que geralmente favorecem o grande capital, penalizam o consumo e as pequenas e médias empresas), monetária (subida das taxas de juro e outras medidas de contenção da oferta monetária) e social (com a contenção das transferências sociais, subsídios

e financiamentos dos sectores sociais, encorajando a privatização e securitização, ou outras formas de financeirização, dos serviços públicos). Este tipo de medidas também consolida o carácter extractivo e afunilado da base produtiva e impede a sua transformação. Em vez de resolver uma crise, a austeridade meramente a desloca de um sector ou região para outro, de um grupo social para outro, de uma geração para outra e, ao fazê-lo, remete-a para o futuro, estabelecendo os contornos da crise seguinte. A política de austeridade, sob a forma de redução da despesa pública, terceirização de serviços e funções públicas para o sector privado com dinheiro público, e seguindo uma política monetária de objectivo único, que é a deflação, ajudou a criar um modo de acumulação improdutivo, afunilado e especulativo, tendo reforçado o domínio dos mercados financeiros internacionais sobre a economia moçambicana e sobre opções de política e de estratégia (*ibid.*; Harvey, 2015).

Nas secções seguintes, analisaremos as duas principais características estruturais da economia capitalista moçambicana, nomeadamente o seu padrão de especialização cada vez mais afunilado da produção e a crescente financeirização da economia.

ESPECIALIZAÇÃO CADA VEZ MAIS AFUNILADA DA PRODUÇÃO

À semelhança de quase todas as outras economias africanas, a economia moçambicana foi moldada pelo colonialismo como produtora e exportadora de produtos primários, executando apenas o processamento considerado necessário para reduzir os custos de transporte e preservar o valor do produto. Durante o período colonial, esta abordagem caracterizou a produção de castanha de caju, líquido de casca de castanha de caju (CNSL), açúcar, algodão, sisal, chá, copra e marisco. Os mercados mundiais, assim como os preços mundiais destas mercadorias, são notoriamente voláteis. Esta dependência extrema das receitas voláteis das exportações de produtos primários limita a capacidade de a economia efectuar mudanças estruturais sustentadas e de crescer mais rapidamente, uma vez que as receitas voláteis provenientes das exportações de produtos primários são uma restrição crucial nos recursos disponíveis para qualquer estratégia de desenvolvimento. Qualquer aceleração súbita e muito significativa do investimento na mudança estrutural construiria inevitavelmente a dinâmica de uma crise de e na acumulação.

Nos primeiros sete anos após a independência, a política económica de Moçambique visava ultrapassar esta limitação estrutural. O Plano Prospectivo Indicativo (PPI) 1980–1990, que acabou sendo de muita mais curta duração e era altamente ambicioso, foi aprovado com o objectivo específico de vencer o subdesenvolvimento e criar as bases do socialismo avançado. Três anos após o início da implementação do PPI, tornou-se claro que o plano estava destinado ao fracasso e, por esta razão, o Governo abandonou-o. As explicações oficial de Bretton Woods atribuíram este fracasso à gestão da economia excessivamente centrada no Estado, e

esta narrativa construiu a dinâmica para o triunfo do argumento ideológico para o programa neoliberal de ajustamento estrutural e estabilização, a ser adoptado a partir de 1987. Em contraste com esta narrativa, os economistas heterodoxos argumentam que o financiamento do plano dependia demasiado das receitas de exportação de mercadorias primárias para mercados voláteis e em contracção, exactamente o mesmo problema estrutural que o PPI era suposto resolver (Castel-Branco, 2022).

A adopção da agenda do *Consenso de Washington* deveria resolver este problema através de uma mudança estrutural em conformidade com o mercado, uma vez que se argumentava que a liberalização revelaria as vantagens comparativas, que a privatização supostamente criaria eficiência e dinamismo devido aos incentivos ao lucro e ao espírito empreendedor, e a combinação destes dois aspectos moveria a economia por uma via de sucessivas mudanças marginais rumo a estruturas económicas mais amplas e diversificadas.

Esta secção demonstra que, pelo contrário, o programa neoliberal levou a um padrão ainda mais afunilado de especialização da economia, caracterizado pela redução do número de indústrias, sectores, actividades e produtos; pela concentração da produção e comércio em torno de uma gama mais pequena de produtos primários para exportação; pela crescente simplificação dos processos de produção, produtos e níveis de processamento e articulação; e por menos opções e capacidades de promover ligações. Este aspecto será demonstrado analisando a evolução do investimento privado, da produção, do comércio e do crescimento económico.

INVESTIMENTO

No início da década de 2010, a economia moçambicana foi descrita pelo *Financial Times* (2012) como estando «no centro de uma atenção sem precedentes por parte dos investidores internacionais». Em Maio de 2014, no discurso durante a conferência *Africa Rising*, em Maputo, a Directora Geral do FMI, Christine Lagarde, destacou o desempenho impressionante de Moçambique no que respeita à atracção do investimento estrangeiro e ao crescimento económico, atribuindo-o a décadas de desenvolvimento institucional e de uma gestão macroeconómica sólida. (Orre e Rønning, 2017).

Com efeito, 2008–2016 foi um período dourado no que diz respeito à escala de fluxos de investimento directo estrangeiro (IDE) para a economia moçambicana, com influxos anuais de IDE nesses oito anos 950% mais elevados do que nos oito anos anteriores (Tabela 1). Enquanto o FMI atribuiu o aumento acentuado dos influxos de IDE à capacitação institucional e a uma boa gestão macroeconómica, argumentamos que a segunda e a terceira vagas de expropriação do Estado, tal como descritas acima, foram os factores determinantes desta aceleração. Com efeito, a profunda crise da dívida soberana de 2016–2022, bem como o processo que levou até ela, tal como descrito na secção anterior e em Castel-Branco (2022, 2020, 2017), levantam

sérias dúvidas quanto à sensatez do FMI em qualificar a política macroeconómica do período como sólida, sejam quais forem os indicadores e padrões que o FMI use, e em manter a obsessão com o baixo nível de inflação sem entender as suas dinâmicas económicas e sociais, o que, aliás, só viria a ser conseguido porque o FMI ajudou a subsidiar a estabilidade da moeda com financiamento às reservas estrangeiras e à balança de pagamentos, no que foi descrito como «estratégia cambial antitomotim» (*ibid.*).

TABELA 1. FLUXOS MÉDIOS ANUAIS DE INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO (IDE) E FLUXOS TOTAIS RELATIVOS A CADA PERÍODO; TAXAS DE CRESCIMENTO DOS FLUXOS MÉDIOS ANUAIS E PROPORÇÃO DA DÍVIDA EMPRESARIAL PRIVADA EM RELAÇÃO AO IDE (EM PORCENTAGEM).

	2000– 2004	2004– 2008	2008– 2012	2012– 2016	2016– 2020	2000– 2020
Média anual de fluxos de IDE (milhões de dólares americanos)	265	438	2.708	4.673	1.999	2.017
Taxa de crescimento da média anual de fluxos de IDE em relação ao período anterior	–	65%	518%	73%	-57%	–
Fluxos totais de IDE referentes ao período (milhões de dólares)	1.060	1.752	10.832	18.692	7.997	40.333
Dívida empresarial privada como proporção do IDE no período	–	60%	69%	89%	78%	74%

Fontes: BdM (2020, 2003–2020, 1995–2020).

Além de questionar a solidez da política macroeconómica do período, o nosso argumento sobre a correlação e causalidade entre as vagas dois e três de expropriação do Estado e a aceleração dos influxos de IDE baseia-se em três observações. Primeiro, a aceleração dos fluxos de IDE aconteceu simultaneamente com os períodos da segunda e terceira vagas. Segundo, durante esse período, em Moçambique, 83% do IDE e 75% do investimento privado total foram atribuídos ao núcleo extractivo da economia: mineração, carvão, gás natural e um pequeno número de outros produtos primários para exportação, o que está em perfeita consonância com os objectivos da segunda vaga e com as estratégias da terceira vaga. De facto, apenas 4% do IDE foi aplicado fora do núcleo extractivo e das suas infra-estruturas e dos serviços associados (Castel-Branco, 2022, Tabela 2, p. 20). Terceiro, a aceleração acentuada dos fluxos de IDE coincidiu com a rápida acumulação de dívida empresarial privada, como a Tabela 1 apresenta, e esse facto foi um dos factores que impulsionaram a terceira vaga de expropriação do Estado. Uma análise das estatísticas oficiais mostrou que a aceleração dos influxos de IDE ocorreu em simultâneo com o aumento do nível da dívida soberana em proporção do PIB (Castel-Branco, 2020, p. 158; Castel-Branco, 2022, Figura 1, p. 26), salientando que 70% do

total da dívida comercial pública de Moçambique acumulada durante o período foi associada ao financiamento público de infra-estruturas para o núcleo extractivo da economia e com garantias públicas para a dívida empresarial privada, respectivamente 31% e 39% do total.

Concluindo, os processos políticos e económicos associados à segunda vaga de expropriação do Estado atraíram um IDE estreitamente focalizado que, por sua vez, criou as condições políticas e económicas para que a terceira vaga de expropriação do Estado – a financeirização – tivesse lugar.

PRODUÇÃO E COMÉRCIO

O foco da nossa análise da especialização afunilada da produção e do comércio incide em dois aspectos da mesma, nomeadamente as tendências a longo prazo e o recente crescimento e desempenho comercial. A produção primária de bens para exportação tem sido o principal motor da economia moçambicana durante quase um século. O regime colonial fez algumas tentativas tímidas no sentido de mitigar este padrão, adoptando estratégias industriais de substituição de importações que, salvo as notáveis excepções dos têxteis, alimentos e bebidas, eram fortemente dependentes de importações. Porém, estas tentativas não tiveram uma base ampla e, de um modo geral, as novas indústrias e empresas estavam envolvidas apenas nas últimas fases do processo de produção, como linhas de montagem, e importavam toda a maquinaria, materiais intermédios, peças sobressalentes e uma parte significativa das matérias-primas e dos principais componentes do produto final – por conseguinte, estavam dependentes de importações. As indústrias de engenharia, de materiais e químicas representavam menos de 7% da produção industrial total e estavam mais concentradas na produção de bens de consumo finais e na manutenção industrial do que no fabrico de meios de produção e na inovação.

As receitas das exportações de produtos primários estabelecem o limite de expansão das indústrias de linhas de montagem – na prática, se o investimento nas indústrias dependentes das importações crescer mais rapidamente do que as receitas das exportações de produtos primários, ocorre uma crise de acumulação nos anos seguintes (Brum, 1976; Castel-Branco, 2017, 2002; Tibana, 1991).

Após a independência, o Governo moçambicano tentou resolver a dependência estrutural de exportações de produtos primários, adoptando o PPI e um modo de acumulação centrado no Estado, que resultou na crise económica dos anos 80, em parte porque a estratégia económica, demasiado ambiciosa, dependia das receitas de exportação de produtos primários, que foram afectadas pelo colapso dos preços desses produtos, situação que ocorreu ao mesmo tempo que a implementação do PPI, nos anos 80, mas também porque a ajuda internacional, um substituto ou complemento das receitas endógenas de exportação, não se materializou ao nível necessário (*ibid.*). As mudanças na tecnologia global e nas condições de mercado, o

poder destrutivo da guerra de desestabilização dos 16 anos em Moçambique (1976–1992) e o colapso de quase metade das empresas industriais na sequência da privatização sob condições neoliberais durante a primeira vaga de expropriações do Estado são factores que, conjugados, eliminaram a maioria das empresas das indústrias têxtil, de vestuário e alimentar, que tinham desenvolvido fortes ligações dentro da economia nacional, e erradicaram a produção de chá, copra e sisal, produtos destinados à exportação (Castel-Branco, 2002, 2003, 2010).

De modo geral, durante os últimos 70 anos, o nível de concentração da produção industrial aumentou significativamente. Em 1953, os 10 principais produtos industriais do país representavam 50% da produção industrial, mas em 2001, representavam mais de 80%. Vinte anos mais tarde, um produto, o alumínio, representa 40% da produção industrial. Por outro lado, nos últimos 70 anos, os únicos novos produtos industriais com relevância estatística introduzidos na economia moçambicana são produtos primários para exportação – alumínio, gás natural, carvão, areias minerais ou pesadas, alguns outros minerais e pedras preciosas, tabaco e madeira, todos eles com muito pouca necessidade de processamento (Castel-Branco, 2010, 2017). Por último, em indústrias individuais, o número, a diversidade e a complexidade dos produtos diminuiu e a produção passou a concentrar-se em actividades que requerem menos processamento. Até 2016, seis sectores industriais – alimentação, bebidas e tabaco; têxteis, vestuário e produtos de couro; minerais não metálicos; engenharia de metais; produtos químicos e petrolíferos; e metalurgia – que representavam 90% da produção industrial, tinham 70%-90% da sua produção concentrada em quatro ou menos produtos (Castel-Branco, 2022, Tabela 1, p. 19).

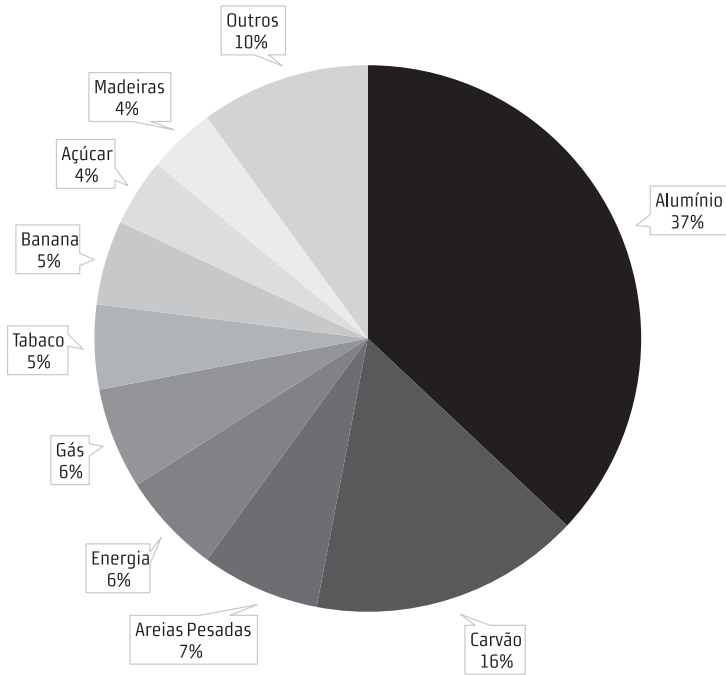
A combinação destas tendências a longo prazo e estruturais com o foco afinado do investimento privado reflecte-se na estrutura do crescimento do PIB e nos padrões de comércio. A Tabela 2 mostra que, no período compreendido entre 2005 e 2019, os sectores que registaram um crescimento mais rápido do que o PIB foram os associados ao núcleo extractivo da economia e às infra-estruturas e serviços associados, que receberam 96% do IDE e 95% do total do investimento privado entre 1996 e 2018 (Castel-Branco, 2022, Tabela 2, p. 20). Enquanto as indústrias extractivas e os serviços financeiros e de intermediação cresceram, respectivamente, 10 e 4 vezes mais depressa do que o PIB, a agricultura e florestas e a indústria transformadora (excluindo o alumínio e o gás natural) cresceram, respectivamente, $\frac{1}{4}$ da taxa de crescimento do PIB. A partir dos dados relativos à indústria, podemos concluir que o alumínio e o gás natural, em conjunto, são responsáveis por metade do valor acrescentado industrial, facto que confirma a tendência a longo prazo para a redução do número e diversidade dos sectores e para a concentração em actividades que requerem menos processamento e que não proporcionam ligações. Os dados de exportação, que serão discutidos adiante, indicam que a agricultura e florestas contribuem com 18% das exportações, devido ao crescimento dinâmico do tabaco, da banana, do açúcar e da madeira, assim como dos produtos florestais.

TABELA 2. TAXAS DE CRESCIMENTO DO PIB E DE SECTORES PRINCIPAIS SELECIONADOS DA ECONOMIA, 2005–2019.

	PIB	Indústrias extractivas	Serviços financeiros e intermediação financeira	Construção	Comércio e manutenção de veículos	Transportes, armazenagem e comunicações	Energia e Água	Agricultura e florestas	Indústria	
									Incluindo alumínio e gás natural	Excluindo alumínio e gás natural
Taxa média de crescimento anual no período	7%	23%	16%	11%	10%	6%	6%	3,2%	4,3%	2,5%
Taxa de crescimento acumulado no período	172%	1.714%	699%	331%	280%	126%	126%	55%	80%	41%
Rácio do crescimento acumulado por sector relativamente ao PIB	1	10	4	1,9	1,6	0,73	0,73	0,32	0,47	0,24

Fontes: Bdm (1995–2020, 2020); INE (1990–2019).

FIGURA 1. ESTRUTURA DAS EXPORTAÇÕES DE BENS DE MOÇAMBIQUE, MÉDIA DE 2005–2019 (EM PORCENTAGEM DAS EXPORTAÇÕES TOTAIS DE BENS).



Fontes: BdM (1995–2020, 2003–2020); INE (1990–2019).

Todavia, a produção alimentar *per capita* para o mercado interno estagnou ou diminuiu marginalmente (INE, 1990–2019), tendo recebido menos de 1% do total do investimento privado no período 1995–2017 (CPI, n. d.). O crescimento agregado da agricultura e florestas é lento, mas existe uma dinâmica de exportações de mercadorias agrícolas não processadas ou com uma agregação mínima de processamento em expansão, contrastando com o fraco desempenho da produção alimentar para consumo local. Este contraste é uma boa representação da economia, cujo foco é o desenvolvimento de classes capitalistas nacionais dependentes dos lucros e das rendas dos produtos primários de alto valor para exportação, descurando as condições básicas da reprodução social do trabalho, como a produção alimentar. Outra estatística interessante da Tabela 2 é o peso do comércio de veículos automóveis e dos serviços de manutenção: embora alguns destes sejam máquinas associadas à mineração e construção, e camiões para o transporte de mercadorias, existe uma fracção significativa deste item que representa o consumo de veículos individuais pelas diminutas classes médias e capitalistas nacionais (Castel-Branco, 2017, 2020).

As estruturas e dinâmicas de produção reflectem-se nos padrões de comércio. A economia moçambicana produz o que não consome, mas exporta; e importa o que precisa para sustentar

a produção e a subsistência, mas que não produz. A Figura 1 mostra que cinco produtos primários do complexo mineral-energético e quatro produtos agrícolas representam 90% de todas as exportações de mercadorias, fornecendo assim mais evidências da especialização afunilada da economia moçambicana. Apesar de ter estado na vanguarda como receptor do IDE na África Subsaariana por um período de oito anos, durante os quais foram investidos cerca de 30 mil milhões de dólares americanos em Moçambique (Tabela 1), a estrutura de produção e exportação é tão dominada por produtos primários como anteriormente. Há uma mudança na classificação dos produtos primários, com algumas novas entradas como o alumínio, carvão, areias minerais e gás natural, enquanto outras desapareceram dos lugares cimeiros – nomeadamente a castanha de caju e o algodão. Além disso, a escala de produção e exportação aumentou significativamente, e a produção tornou-se mais intensiva em capital à medida que se concentrava mais nas indústrias extractivas. No entanto, a essência da estrutura de produção e comércio mantém-se inalterada, acrescentando mais evidências aos argumentos de que foi o fácil acesso aos recursos naturais estratégicos e, consequentemente, o impacto da segunda e terceira vagas de expropriações do Estado, que tornou a economia moçambicana atractiva para os mercados financeiros internacionais, e que esta estratégia, que se destina a apoiar o desenvolvimento das classes capitalistas nacionais, não contribuiu para atenuar os problemas estruturais fundamentais de acumulação e reprodução em Moçambique.

A estrutura das importações também reflecte os padrões de produção e reprodução social, uma vez que 68% das importações de bens – máquinas e peças sobressalentes, produtos metálicos, minerais, materiais de construção, combustíveis e veículos pesados – estão directamente relacionados com o complexo mineral-energético e outras esferas de produção, tal como os 71% das importações de serviços – construção, transporte e consultoria empresarial, que agrega uma fracção não bem conhecida de sobrefacturação de importações e de *transfer pricing* (BdM, 1995–2020, 2003–2020; INE, 1990–2019). Por outro lado, 17% das importações de bens incluem produtos alimentares básicos, reflectindo a incapacidade do sistema de acumulação para mobilizar recursos e o interesse dos agentes económicos na produção de um item crucial para a reprodução social da mão-de-obra. Além disso, 13% das importações de bens e 24% das importações de serviços estão associadas ao consumo de bens duráveis (habitação e veículos automóveis) por grupos de rendimentos mais elevados (*ibid.*). Mais uma vez, os dados revelam tendências coerentes com uma economia centrada no avanço de um modo de acumulação extractiva que apoia o desenvolvimento das classes capitalistas nacionais, o seu modo de acumulação e padrões de consumo, e descarta as condições básicas para a reprodução social da força de trabalho. Conforme foi demonstrado por Marx (1976 [1867], 1978 [1885]), estas dinâmicas geram tensões irreconciliáveis e crises sistémicas de acumulação.

A Tabela 3 oferece uma perspectiva sobre as estruturas económicas moçambicanas que é diferente dos dados tradicionais do PIB, apresentados de forma sectorial e desconectados

entre si. Nesta tabela, observamos as principais componentes do sistema de reprodução e acumulação social, e a forma como se relacionam umas com as outras. Ao fazê-lo, revelamos algumas das tensões fundamentais existentes no sistema. Por exemplo, enquanto o núcleo extractivo da economia absorve três quartos do investimento privado, contribui para metade da taxa de crescimento do PIB e 90% das exportações, apenas emprega 7% da força de trabalho formal. Se esta análise for extensiva à economia extractiva mais vasta, às finanças e à produção dependente das importações, 90% do investimento privado gera dois terços da taxa de crescimento do PIB e 95% das exportações, empregando apenas 25% da mão-de-obra formal. Tendo em conta este quadro mais amplo, é legítimo perguntar o que acontece a todos os moçambicanos que fazem parte do exército de reserva do trabalho assalariado, e quais são os efeitos mais amplos da desarticulação entre a produção, a acumulação de capital e a reprodução social.

FINANCEIRIZAÇÃO E O SISTEMA FINANCEIRO

Para se analisar a lógica histórica do modo de acumulação de capital em Moçambique, são importantes quatro aspectos da financeirização: a financeirização do Estado através do crescimento da dívida soberana muito para além do espaço de dívida existente, a fim de garantir a acumulação de capital privado; a conversão de activos reais em activos financeiros, como meio de gerar lucros especulativos através da sua negociação, repetidas vezes, nos mercados bolsistas mundiais; assim como os impactos destes dois aspectos sobre dois outros aspectos, o sistema financeiro nacional e a posição da economia nos mercados financeiros internacionais. Os dois primeiros aspectos da financeirização mencionados foram analisados anteriormente, em conjunto com a análise dos padrões de especialização e com da lógica histórica do modo de acumulação de capital em Moçambique (Castel-Branco, 2022, 2020, 2017). Aqui, o nosso foco centra-se nos outros dois aspectos da financeirização, que são consequência dos dois primeiros: os impactos no sistema financeiro nacional e na posição da economia de Moçambique nos mercados financeiros internacionais. Também argumentamos que o que acontece nos mercados financeiros nacionais e internacionais, embora seja, em parte, resultante da financeirização do Estado e dos activos estratégicos reais, pode ter um impacto mais directo e duradouro nas estruturas de produção.

UM SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL ESPECULATIVO

De 2010 até cerca de 2017, um período de rápida expansão do investimento privado e da dívida privada convertida em pública, o sector financeiro comercial ajustou-se e tirou partido da dinâmica da economia em seu próprio benefício. O diferencial entre as taxas de juro comerciais, nominais e a inflação foi mantido elevado – sempre acima dos 8% – com uma

média anual de 15% e foi indiferente à política monetária quando as taxas de referência caíram, ou seja, as taxas de juro comerciais eram rígidas. Isto significa que o sistema financeiro excluiu as pequenas e médias empresas que operam fora do núcleo extractivo da economia. Esta situação teve um impacto significativo porque impediu a diversificação da base produtiva, uma vez que a maioria das empresas do sector não extractivo teve de depender do crédito interno, que se tornou demasiado caro, e as grandes multinacionais tinham acesso aos mercados financeiros externos, onde as taxas de juro reais eram muito mais baixas, pelo que não foram afectadas pela natureza especulativa do sistema financeiro interno (Massarongo, 2013, 2017; BdM, 1995–2020, 2020). Por que razão o sistema financeiro comercial nacional preferiu não emprestar às pequenas e médias empresas, ao invés de baixar as suas taxas de juro?

Na altura, o Governo vendia, anualmente, entre 300 e 400 milhões de dólares americanos em obrigações da dívida pública a bancos comerciais, a taxas superiores às taxas de referência do Banco de Moçambique, o que equivalia a cerca de 15% e 20% de todos os depósitos de poupança do sistema financeiro comercial moçambicano (Massarongo, 2013, 2017). Por conseguinte, o impacto da negociação das obrigações da dívida pública foi muito significativo para a rentabilidade dos bancos, dando-lhes um incentivo para ignorar as pequenas e médias empresas e, pelo contrário, especular com a dívida pública.

Por outro lado, o padrão de expansão do capitalismo em Moçambique criou um grupo considerável de “novos-ricos”: oligarcas moçambicanos, capitalistas, gestores e tecnocratas de topo, juntamente com um submundo menos visível, mas igualmente lucrativo, de empresários ilícitos activos no branqueamento de capitais, especulação cambial, tráfico de drogas e afins. Segundo a *Trading Economics* (2020) e a *New World Wealth* (2019), a desigualdade na distribuição de rendimentos aumentou significativamente neste período, com o coeficiente de Gini a aumentar drasticamente de 0,47 para 0,54, entre 2002 e 2016, e, no curto período entre 2010 e 2015, o número de milionários e multimilionários moçambicanos mais do que duplicou. Estas mudanças na distribuição e apropriação do rendimento influenciam os padrões de consumo, com estes grupos de maior rendimento a mudarem para bens duráveis, tais como novos veículos motorizados e novas habitações. Esta mudança nos padrões de consumo é também registada nas carteiras dos bancos, verificando-se o aumento da procura de crédito ao consumo de bens duráveis.

A Tabela 4 apresenta estes impactos, representados por um aumento acentuado da percentagem de carteiras de crédito e outras transacções financeiras dos bancos atribuída ao crédito ao consumo para bens duráveis e obrigações da dívida do Estado, assim como uma redução igualmente acentuada da percentagem de carteiras dos bancos atribuída aos sectores produtivos e ao comércio. Se combinarmos os números que constam da Tabela 4 com os contidos na Tabela 3, que mostra que 84% do investimento privado nacional é absorvido dentro dos limites da economia extractiva, torna-se evidente por que razão a financeirização

TABELA 3. UMA PERSPECTIVA NÃO SECTORIAL DAS ESTRUTURAS DE PRODUÇÃO, REPRODUÇÃO E ACUMULAÇÃO EM MOÇAMBIQUE NO SÉCULO XXI, ARTICULADA EM TORNO DO NÚCLEO EXTRACTIVO (COMPONENTES PRINCIPAIS DO SISTEMA DE ACUMULAÇÃO APENAS) (MÉDIA PARA 2005–2019).

	% do investimento privado		Contribuição para o crescimento do PIB (% da taxa total de crescimento)		% do emprego		% das exportações		Papel da actividade no sistema de acumulação de capital e de reprodução social
	Estrangeiro	Doméstico	Total		Força de trabalho formal	População activa			
	%	%	%	%	%	%	%	%	
Núcleo extractivo da economia (minerais, combustíveis fósseis, produtos agrícolas para exportação)	75	61	75	50 % (da taxa de crescimento)	7	0,6	90		Núcleo do sistema de reprodução e de acumulação de capital. Atrai financiamento privado estrangeiro. Constitui base para a especulação e financeirização (alto rendimento, activos reais).
Infra-estruturas e serviços associados ao núcleo extractivo e aos bens imobiliários	17	23	20	15	8	0,7	5		Permite o trabalho do núcleo extractivo. Outro centro essencial para a reprodução e acumulação de capital.
Total relativo à economia extractiva (excluindo financiamento)	92	84	90	65	15	1,3	95		
Sector Financeiro	5	10	6	5	4	0,2	-		Liga actividades económicas, tira partido e reproduz uma economia especulativa com um núcleo extractivo.
Agricultura familiar	-	3	1	3	7	50+	5		Fundamental para a reprodução social da força de trabalho – alimentação, segurança social e reservas de força de trabalho barata.
Indústria dependente de importações	3	3	3	5	7	0,6	-		Aplicação de capital, postos de trabalho, ligações fracas a montante com fornecedores, não é suficientemente competitivo e diversificado para tirar o máximo partido das ligações a jusante com o núcleo extractivo. Em crise de primarização.

Fonte: conceptualizado pelos autores, com dados de BdM (1995–2020) e INE (1990–2019).

do Estado, aqui representada pela conversão da dívida pública em activos financeiros vendidos com prémios elevados, exacerbou a natureza especulativa do sistema financeiro nacional, que, por sua vez, reduziu as possibilidades de diversificar o padrão de produção a partir do sistema de crédito nacional.

MERCADOS FINANCEIROS INTERNACIONAIS

A bolha de crescimento económico, em Moçambique, rebentou em 2016, altura em que se descobriu que o Governo de Moçambique tinha contraído ilicitamente uma dívida comercial externa equivalente a 15% do PIB do País na altura, sem autorização do Parlamento. Os mercados financeiros internacionais adoptaram a sua famosa estratégia de duas faces: durante a bolha de crescimento, incentivam a dívida privada e pública por todos os meios, uma vez que a gestão e o aproveitamento da dívida é o negócio mais importante dos bancos; todavia, quando se verifica a crise daí resultante, os bancos e os especuladores actuam como aves de rapina a disputar os restos que sobraram da economia. Os mercados financeiros punem os “culpados” com o aumento das taxas de juro, o que restringe o seu acesso a capitais e os faz cair na armadilha do endividamento; forçam as negociações de conversão da dívida e/ou outras formas de apropriação de activos reais, convertendo-os em títulos de crédito; especulam com base em perspectivas de a economia entrar em modo de incumprimento total; utilizam agências de notação internacionais para colocar um preço nas perspectivas de incumprimento por parte do país devedor e espremem o máximo que podem da economia devedora.

A Tabela 5 mostra como as principais agências de notação de crédito reagiram à revelação da dívida ilícita de Moçambique, em 2016. Durante 12 anos, que incluíram seis anos de crescimento rápido e acelerado da dívida soberana, as notações da solidez financeira da economia moçambicana, encorajadas e elogiadas pelo *establishment* financeiro internacional como sinal de sucesso na reforma institucional e na política macroeconómica, foram estáveis. Numa questão de semanas após o escândalo da dívida ilícita ter sido revelado, Moçambique foi desclassificado para o nível de incumpridor e declarado uma economia desonesta pelo mesmo *establishment* financeiro internacional que tinha elogiado os volumes extraordinários de dívida que o País estava a acumular.

TABELA 4. EVOLUÇÃO DA ATRIBUIÇÃO DE CRÉDITO E OUTRAS TRANSAÇÕES FINANCEIRAS PELOS BANCOS COMERCIAIS NACIONAIS EM MOÇAMBIQUE POR GRANDES GRUPOS DE CONSUMIDORES DE RECURSOS FINANCEIROS (COMO PORCENTAGEM) 2010–201

	Sector privado (a)		Comércio (b)		Consumo individual de bens duráveis (c)		Títulos de dívida pública (d)	
	Quota sectorial no total da carteira de crédito comercial %	Taxa de variação da quota %	Quota sectorial no total da carteira de crédito comercial %	Taxa de variação da quota %	Quota sectorial no total da carteira de crédito comercial %	Taxa de variação da quota %	Quota sectorial no total da carteira de crédito comercial %	Taxa de variação da quota %
2010	41	-	16	-	17	-	26	-
2011	38	-7	16	0	20	18	26	0
2012	37	-3	13	-19	22	10	28	8
2013	36	-3	12	-8	23	5	29	4
2014	36	0	11	-8	21	9	32	10
2015	34	-6	11	0	22	5	34	6
2016	32	-6	11	0	22	0	35	3
2017	29	-9	11	0	22	0	38	9
Média do período	35	-	13	-	21	-	31	-
Variação acumulada para o período	-	-14	-	-21	-	24	-	19

Fonte: BDM 1995-2020.

Notas:

(a) o sector produtivo inclui a manufatura, agricultura, habitação e turismo, transportes e comunicações, construção e outros;

(b) o comércio inclui o comércio a retalho e grossista;

(c) o consumo de bens duráveis refere-se principalmente a habitações individuais de luxo e a veículos automóveis individuais;

(d) as obrigações de dívida pública vendidas pelo Governo de Moçambique no sistema financeiro nacional destinadas ao financiamento da dívida pública crescente.

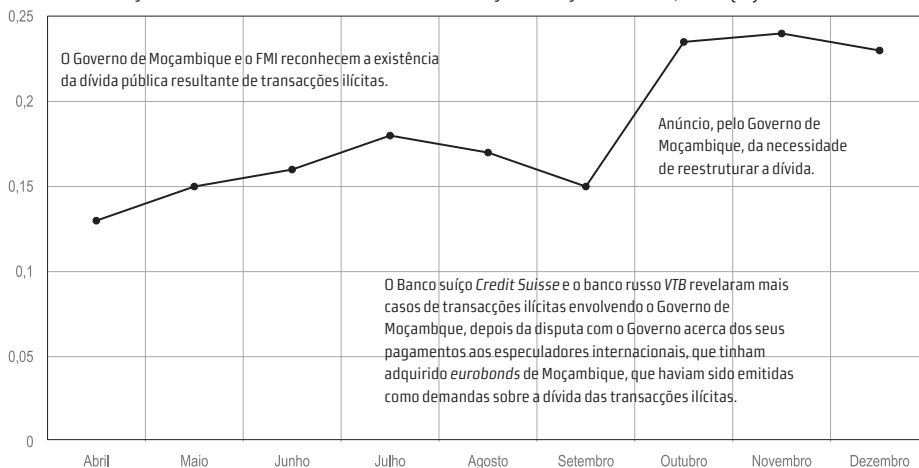
TABELA 5. NOTAÇÕES ANUAIS DE RISCO E CRÉDITO DAS PRINCIPAIS AGÊNCIAS DE NOTAÇÃO REFERENTES À ECONOMIA MOÇAMBICANA.

	2003–2015	2016	2017–2018	2019
Moody's	B2 (arriscado)	Caa3 (altamente especulativo, alto risco de incumprimento)	Sem classificação	Caa2 (altamente especulativo, alto risco de incumprimento)
Fitch	B (arriscado)	CC (muito alto risco de incumprimento)	RD (incumprimento)	CCC (muito arriscado com séria probabilidade de incumprimento)
S&P	B– (altamente especulativo)	CC (muito arriscado com alta probabilidade de incumprimento)	SD (incumprimento)	CCC+ (vulnerabilidade muito elevada)

Fonte: Trading Economics (2020).

A acção das agências de notação criou três efeitos imediatos. Primeiro, tornou-se muito mais difícil e mais caro mobilizar o financiamento privado internacional para Moçambique. Em segundo lugar, o valor da dívida externa moçambicana aumentou rapidamente porque o País estava a ser punido com taxas de juro superiores às taxas de mercado. Terceiro, o prémio das euro-obrigações de Moçambique aumentou e o seu nível manteve-se volátil durante algum tempo, até se estabilizar a um nível recorde de 23% (Figura 2), aumentando exponencialmente não só o custo da dívida para Moçambique, mas também os ganhos para os mercados financeiros e especuladores internacionais, e o risco de um predador financeiro internacional estar interessado em comprar a dívida de Moçambique e utilizá-la como alavanca para ser trocada, a baixo custo, por activos reais, tais como gás natural e carvão, ou outras concessões. A combinação destes diferentes efeitos levou o Governo de Moçambique a tornar-se mais submisso às exigências das grandes multinacionais, particularmente do petróleo e do gás, como é o caso da Total e da ExxonMobil, consolidando assim o domínio do capital financeiro internacional sobre os padrões de especialização, reprodução e acumulação da economia moçambicana.

FIGURA 2. VARIAÇÃO NOS RENDIMENTOS DAS EURO-OBRIGAÇÕES MOÇAMBICANAS, 2016 (%).



Fonte: Bloomberg Finance LP (www.bloomberg.com); Strohecker (2019).

CONCLUSÃO

Argumentámos que o padrão cada vez mais afunilado de especialização da economia moçambicana e o processo de financeirização como forma específica de acumulação de capital são consequências do modo de acumulação de capital e, em particular, de quatro vagas diferentes de expropriação do Estado, que estão logicamente relacionadas com o processo de construção de classes nacional-capitalistas.

A primeira secção deste capítulo apresentou a narrativa lógica da transição histórica e estruturada por classes do projecto social fracassado da acumulação centrada no Estado para a acumulação privada e explicou o raciocínio subjacente à estratégia de expropriação do Estado. Cada uma das quatro vagas de expropriação do Estado foi adoptada para resolver as contradições e crises geradas pela anterior, sem nunca resolver as contradições sistémicas e fundamentais do processo de construção de classes capitalistas nacionais, em Moçambique, no contexto mais vasto do neoliberalismo e da financeirização global. Esta secção mostrou, teoricamente, como, tendo origem num conjunto comum de tensões no sistema de acumulação, a especialização afunilada e a financeirização se reforçaram mutuamente.

A segunda secção centrou-se numa análise mais detalhada e empírica do padrão de especialização afunilada e das suas causas, mostrando como surgiu da segunda vaga de expropriação do Estado e as barreiras que este coloca à reprodução social sustentada e à acumulação de capital. A terceira secção analisou duas dimensões da financeirização, que foram incentivadas pela financeirização do Estado e dos activos reais, nomeadamente o desenvolvimento de um sistema

financeiro nacional mais especulativo e o impacto de uma instituição financeira internacional de cariz duplo. O carácter especulativo do sistema financeiro nacional foi estimulado pela base afunilada da produção, que reduz as oportunidades de negócio fora do núcleo económico extractivo, pela crescente desigualdade e concentração do rendimento, que mudou os padrões de consumo para bens duráveis de luxo, e pela aceleração da dívida pública, um dos efeitos da adopção da terceira vaga de expropriação do Estado como tentativa de contornar as barreiras de reprodução social e acumulação de capital que o padrão de especialização afunilada da produção criou. A busca voraz de financiamento privado, decorrente da estratégia de desenvolvimento conceptualizada na segunda vaga de expropriação do Estado, aumentou a exposição e a vulnerabilidade da economia moçambicana ao comportamento de cariz duplo dos mercados financeiros internacionais, encorajando o endividamento nos períodos de crescimento rápido (*boom*) da economia, seguida pela pilhagem que é feita por entre os escombros da economia quando a bolha de crescimento rebentou. Tal comportamento por parte do *establishment* financeiro é particularmente pernicioso para uma economia baseada na produção de produtos primários de exportação, que está sujeita aos ditames da extrema volatilidade do mercados internacionais.

Considerámos particularmente útil descrever a dinâmica capitalista de Moçambique através da ilustração das quatro vagas de expropriação do Estado. Além do facto de, dadas as suas condições históricas e de classe específicas, o capitalismo nacional, em Moçambique, estar a emergir da expropriação sistemática e contínua do Estado, as quatro vagas descrevem a dinâmica e a relação dialéctica entre expansão e crises, bem como o facto de o capitalismo nunca resolver as suas crises, mas tentar contornar as barreiras à reprodução social e à acumulação de capital criadas por cada crise e pelas respectivas “soluções” adoptadas para cada uma delas que criam as próximas crises. Mais do que um simples relato cronológico dos factos, as quatro vagas de expropriação do Estado, que são específicas das condições de reprodução social, de acumulação e de luta de classes em Moçambique, funcionam como uma narrativa lógica das contradições sistémicas do capitalismo, que também revela nitidamente que estas contradições fundamentais não podem ser resolvidas com o capitalismo.

Para concluir, urge investigar alternativas e elaborar uma agenda para a mudança. Estas alternativas, argumentamos nós, precisam de ser fundamentadas numa compreensão cuidadosa da lógica e do funcionamento dos padrões históricos e de classe, tal como é oferecido por esta análise que está a adoptar uma abordagem de economia política marxista.

Na realidade, existem muitas alternativas possíveis à actual organização da economia e da sociedade. Os aspectos mais difíceis dizem respeito a questões de estratégia e táticas. Quais são as prioridades mais urgentes do ponto de vista político? Por onde se deve começar a mudança? Devemos primeiro confrontar a financeirização do Estado e a sua relação com o grande capital? Ou devemos antes concentrar-nos na luta contra a austeridade e criar ou

incentivar movimentos cívicos e políticos capazes de criticar a austeridade, compreender as contradições sistémicas da economia moçambicana e oferecer alternativas justas e reais e lutar por elas? O caminho a seguir passa por voltar a associar esta análise aos movimentos sociais e alianças políticas existentes que precisam e podem lutar pela mudança.

REFERÊNCIAS

- Ashman, S., Fine, B., & Newman, S. (2011). The Crisis in South Africa: Neoliberalism, Financialisation and Uneven and Combined Development. *Socialist Register*, 47, 175–195.
- Berg, E., Amoako, K. Y., Gusten, R., Meerman, J., & Tidrick, G. (1981). *Accelerated Development in Sub-Saharan Africa – An Agenda for Action*. Banco Mundial.
- Banco de Moçambique [BdM] (1995–2020). *Relatório Anual*. Banco de Moçambique.
- BdM (2003–2020). *Balança de Pagamentos*. Banco de Moçambique.
- BdM (2020). *Estatísticas Gerais. Dados* (consultado a 5 de Dezembro de 2020). https://www.bancomoc.mz/fm_pgLink.aspx?id=222.
- Banco Mundial (1985). Mozambique: An Introductory Economic Survey. *Report ref. 5610-MOZ*. Banco Mundial.
- Banco Mundial (1990a). *Mozambique: Industrial Sector Study*. Relatório. Banco Mundial.
- Banco Mundial (1990b). Mozambique, Restoring Rural Production and Trade, Volumes I e II. *Relatório ref. 8370-MOZ*. Banco Mundial.
- Bowen, M. (2000). *The State against the Peasantry: Rural Struggles in Colonial and Post-colonial Mozambique*. University Press of Virginia.
- Brum, J. (1976). *Manufacturing Industries in Mozambique: Some Aspects*. Mimeo. Faculdade de Economia/Universidade Eduardo Mondlane.
- Castel-Branco, C. (2002). *An Investigation into the Political Economy of Industrial Policy: The Case of Mozambique*. [Tese de Doutoramento não publicada, School of Oriental and African Studies, Universidade de Londres].
- Castel-Branco, C. (2003). Indústria e industrialização em Moçambique: análise da situação actual e linhas estratégicas de desenvolvimento. *I Quaderni della Cooperazione Italiana*, 3. <http://doi.org/10.13140/RG.2.1.3040.9047>.
- Castel-Branco, C. (2010). Economia extractiva e desafios de industrialização em Moçambique. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, F. Forquilha, F., & A. Francisco (Eds.), *Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique* (pp. 19–109). IESE.
- Castel-Branco, C. (2014). Growth, Capital Accumulation and Economic Porosity in Mozambique: Social Losses, Private Gains. *Review of African Political Economy*, 41(Suppl. 1), S26–S48. <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03056244.2014.976363>.
- Castel-Branco, C. (2017). Crises económicas e estruturas de acumulação de capital em Moçambique.” In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, F. Forquilha, F., & A. Francisco (Eds.), *Desafios para Moçambique 2017* (pp. 99–164). IESE.

- Castel-Branco, C. (2020). Finanças internacionais e formação do capitalismo nacional em Moçambique. In S. Forquilha (Ed.), *Desafios para Moçambique 2020* (pp. 141–184). IESE.
- Castel-Branco, C. N. (2022). The Historical Logic of the Mode of Capital Accumulation in Mozambique. *Review of African Political Economy*, 49 (171), pp 11–45. <https://doi.org/10.1080/03056244.2022.2040225>.
- Catembe.com (2015). *Fazenda pública encaixa mais de USD 1,3 mil milhões*, 7, 5.
- Confaloniere, S. (2020). *Mozambique: Debt crisis despite Eurobond restructuring*. BNP Paribas. <https://economic-research.bnpparibas.com/pdf/en-US/Mozambique-Debt-crisis-despite-Eurobond-restructuring-1/15/2020,38582>
- Centro de Promoção de Investimento [CPI] (n.d.). *Base de Dados do Investimento Privado Aprovado, 1990–2018*. CPI.
- Cramer, C. (2001). Privatisation and Adjustment in Mozambique: A “Hospital Pass”?. *Journal of Southern African Studies*, 27(1), 79–103.
- Financial Times (2012). *Mozambique Poised for Coal Boom*. <https://www.ft.com/content/7e201c78-6b6a-11e1-ac25-00144feab49a>.
- Governo de Moçambique [GdM] (1988). *Strategy and Program for Economic Rehabilitation 1988–91*. Relatório para a Reunião do Grupo Consultivo. GdM.
- GdM (1990). *Strategy for Sustained Economic and Social Development 1991–1993*. Relatório para a Reunião do Grupo Consultivo. GdM.
- Harvey, D. (2015). *Seventeen Contradictions and the End of Capitalism*. Oxford University Press.
- Hilferding, F. (1981 [1910]). *Finance Capital: A Study in the Latest Phase of Capitalist Development*. Routledge e Kegan Paul.
- Hill, M., & e Nhamirre, B. (2021). *Mozambique to Avoid Debt Restructuring Despite Gas Delays*. Bloomberg. <https://www.bloomberg.com/news/articles/2021-11-05/mozambique-to-avoid-debt-restructuring-despite-gas-delays>
- Instituto Nacional de Estatística [INE] (1990–2019). *Anuário Estatístico*. INE.
- Marx, K. (1976 [1867]). *Capital: A Critique of Political Economy*, vol. 1. Penguin Classics.
- Marx, K. (1978 [1885]). *Capital: A Critique of Political Economy*, vol. 2. Penguin Classics.
- Marx, K. (1981 [1894]). *Capital: A Critique of Political Economy*, vol. 3. Penguin Classics.
- Massarongo, F. (2013). Porque é que os Bancos Privados não Respondem à Redução das Taxas de Referência do Banco de Moçambique? Reflexões. In L. de Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha, & A. Francisco (Eds.), *Desafios para Moçambique 2013* (pp. 149–173). IESE.
- Massarongo, F. (2017). Política monetária e estrutura produtiva da economia de Moçambique. In L. de Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha, & A. Francisco (Eds.), *Desafios para Moçambique 2017* (pp. 203–232). IESE.

- New World Wealth (2019). *Africa Wealth Report 2019*. Consultado a 5 de Dezembro de 2020. https://e.issuu.com/embed.html?u=newworldwealth&d=africa_2019.
- O’Laughlin, B. (1981). A questão agrária em Moçambique. *Estudos Moçambicanos*, 3, 9–32. CEA/UEM.
- O’Laughlin, B. (1996). Through a Divided Glass: Dualism, Class and the Agrarian Question in Mozambique. *Journal of Peasant Studies*, 23(4), 1–39.
- Orre, A., & Rønning, H. (2017). *Mozambique: A Political Economy Analysis*. Chr. Michelsen Institute.
- Strohecker, K. (2019). *Mozambique Gets Green Light for Eurobond Debt Swap Plan*. Reuters, 9 de Setembro. <https://www.reuters.com/article/us-mozambique-debt-restructuring-idUKKCN1VU1WB>.
- Tibana, R. J. (1991). Indústria Moçambicana: os limites de uma reabilitação sem estratégia de industrialização. *Economia*, 3(Junho).
- Trading Economics (2020). *Mozambique: Credit Rating*. Consultado a 5 de Dezembro de 2020. <https://tradingeconomics.com/mozambique/rating#:~:text=Standard%20%26%20Poor’s%20credit%20rating%20for,at%20Caa2%20with%20stable%20outlook>.
- Unidade Técnica de Reestruturação Empresarial [UTRE] (1996). *Mozambique: Evaluating the Impact and Effectiveness of the Enterprise Restructuring Program*. Ministério do Planeamento e Finanças de Moçambique.
- UTRE (1999). *Privatisation in Mozambique*. Ministério do Plano e Finanças, Moçambique.
- VCCircle (2011). *Tata Steels Sells Stake in Riversdale Mining To Rio Tinto for \$1.13B*. 16 de Junho. Consultado a 5 de Dezembro de 2020. <https://www.vccircle.com/tata-steel-sells-stake-riversdale-mining-rio-tinto-113b/>.
- Wuyts, M. (1981). Camponeses e economia rural em Moçambique. *Relatório 81/8*. Centro de Estudos Africanos/Universidade Eduardo Mondlane.
- Wuyts, M. (1989). *Money and Planning for Socialist Transition: The Mozambican Experience*. Gower.